

19. APROVAÇÃO PARA DISPENSA DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO RELATIVAMENTE AOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS:

Submete-se proposta de aprovação para que o Órgão Executivo ou o Presidente, em função do valor do contrato, nos termos do disposto no artº. 18º. do Decreto-lei nº. 197/99, de 8 de junho, possa autorizar a dispensa do disposto nos nºs 1 e 2 do artº 49º da Lei do Orçamento do Estado em relação aos contratos de aquisição de serviços essenciais, dado o seu cariz excecional.



AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 49.º DA LEI N.º 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO

Nos termos do disposto no artigo 49.º, n.º 3, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, vulgarmente designada por LOE de 2017, *“Em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pelo dirigente máximo do serviço com competência para contratar, e após aprovação do membro do Governo responsável em razão da matéria, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar a dispensa do disposto nos números anteriores.”*

E os n.ºs 1 e 2, do mencionado artigo 49.º, dispõem que:

1- *“Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016”;*

2 – *“Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar -se ou a celebrar--se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar:*

a) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016”.

Por força do prescrito no n.º 12, do mesmo artigo 49.º, *“Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao*

órgão executivo e a autorização referida nos n.ºs 3 e 5 é emitida pelo presidente do órgão executivo”.

Daqui decorre que, nos Municípios, o Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de presidente do órgão colegial executivo, é competente para autorizar previamente a outorga de contratos de aquisição de serviços excepcionais.

Acontece, porém que, o artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, estatui o seguinte:

Artigo 44.º

Disposições específicas para a celebração de contratos de aquisição de serviços no subsetor local e nas instituições de ensino superior

1 - No subsetor local, em situações excepcionais, prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, e após aprovação pelo respetivo órgão deliberativo, o órgão executivo ou o Presidente do órgão executivo, em função do valor do contrato, nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, pode autorizar a dispensa do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da Lei do Orçamento do Estado.

O artigo 49º, nº 12 da LOE2017 já regulamentava, com clareza, a competência para a dispensa fundamentada dos nºs 1 e 2 do artigo.

Ora, sendo a LOE uma lei de valor reforçado e da autoria da Assembleia da República, não pode o Governo, no decreto de execução orçamental, vir a legislar em sentido distinto, impondo que seja a AM a dar tal dispensa.

De todo o modo, como é esta a norma de que dispomos no momento, por precaução, submete-se à apreciação do Órgão deliberativo a aprovação para dispensa do disposto nos números 1 e 2 do mencionado artigo 49.º da Lei do Orçamento do Estado relativamente aos seguintes contratos:

- A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 2 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho, e 10/2013, 28 de janeiro, designadamente, o serviço de fornecimento de água, o serviço de fornecimento de energia elétrica, o serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, o serviço de comunicações eletrónicas, os serviços postais, o serviço de recolha e tratamento de águas pluviais e os serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Com efeito, é a própria Lei do Orçamento do Estado que estabelece no n.º 8, do artigo 49.º, uma exceção exatamente para esse tipo de contratos de aquisição de serviços essenciais, dispensando-os da aplicação do seu n.º 2, atendendo precisamente à especial particularidade dos mesmos e de se tratarem de serviços indispensáveis para o dia-a-dia de qualquer pessoa.

De facto, tais serviços essenciais são de tal modo fundamentais para a existência da vida humana na sociedade atual que não se concebe que, por qualquer motivo, se suspenda a sua prestação. Daí que o próprio legislador os tenha dispensado da aplicação do n.º 2 e o Gabinete Jurídico da ANMP tenha elaborado um documento técnico com o seu entendimento sobre os mencionados preceitos orçamentais, onde refere expressamente que:

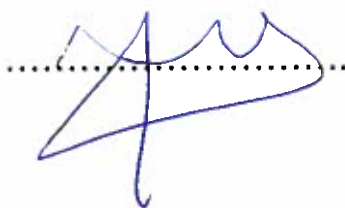
“Ainda, quanto ao disposto no n.º 8 do artigo 49.º da LOE 2017, permitimo-nos relembrar que a letra de tal preceito orçamental apenas estatui a dispensa de observância da limitação de despesa do n.º 2, não dispensado o cumprimento da limitação consagrada no n.º 1 da mesma norma - isto é, em matéria de encargos globais -, o que não nos parece congruente. Nessa medida, considera-se que os Municípios podem, de forma fundamentada, considerar que determinados contratos dispensados da observância e cumprimento do n.º 2 encontrar-se-ão também dispensados, ao abrigo do

“n.º 3 do mesmo preceito, da limitação do n.º 1, designadamente quando respeitem a situações da alínea a) do n.º 8 do artigo 49.º - leia-se, a serviços públicos essenciais ou a contratos mistos –”.

Assim sendo e dado o notório e generalizadamente reconhecido carácter excecional dos mencionados contratos de aquisição de serviços essenciais, **propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar a dispensa do disposto nos números 1 e 2 do mencionado artigo 49.º da Lei do Orçamento do Estado relativamente aos referidos contratos.**

Braga, 14 de março de 2017

O Presidente,

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal dotted line. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.